Luz no fim do túnel

Um setor que vem apresentando desempenho favorável e até, pode-se dizer, *sui generis* em relação ao restante da economia brasileira em 1997 é a indústria automobilística. No âmbito do acordo automotivo que permitiu a importação de veículos e peças com tarifas privilegiadas, em troca de mais investimentos e exportações no futuro, houve um déficit comercial do setor de cerca de US$600 milhões no primeiro semestre, assustando a todos. Mas aí vem a boa notícia: a despeito do recorde histórico da demanda interna por autoveículos , com 1 milhão de unidades vendidas (incluindo os importados), as exportações da indústria automobilística também cresceram muito no mesmo semestre, alcançando US$1,7 bilhão, 24,6% a mais que no mesmo período do ano passado.



Frutos do tarifaço

A evolução de algumas tarifas públicas depois do Plano Real mostra que, na média, o reajuste ficou bem acima da inflação do período. O índice do gráfico mede a evolução das tarifas de telefonia, gás encanado, energia elétrica e transportes no Rio de Janeiro (muito semelhante à evolução em todo o país), em comparação com o IPC-RJ. O resultado foi bem diferenciado entre os serviços, apontando uma tendência a verdadeiros *tarifaços* nos setores privatizados e privatizáveis. As tarifas de eletricidade e telefonia cresceram, respectivamente, 21% e 156% em termos reais, desde agosto de 1994, enquanto os transportes e o gás variaram apenas 4,9% e -6% no mesmo período. No conjunto dessas tarifas, houve crescimento médio real de 44%. Como essas correções foram bem assimiladas pela economia e a inflação anualizada continua caindo, pelo menos pode-se esperar por frutos dos ajustes tarifários na forma de estabilidade ou redução dessas tarifas a partir de agora e, mais ansiosamente ainda, de melhoria substancial dos serviços.

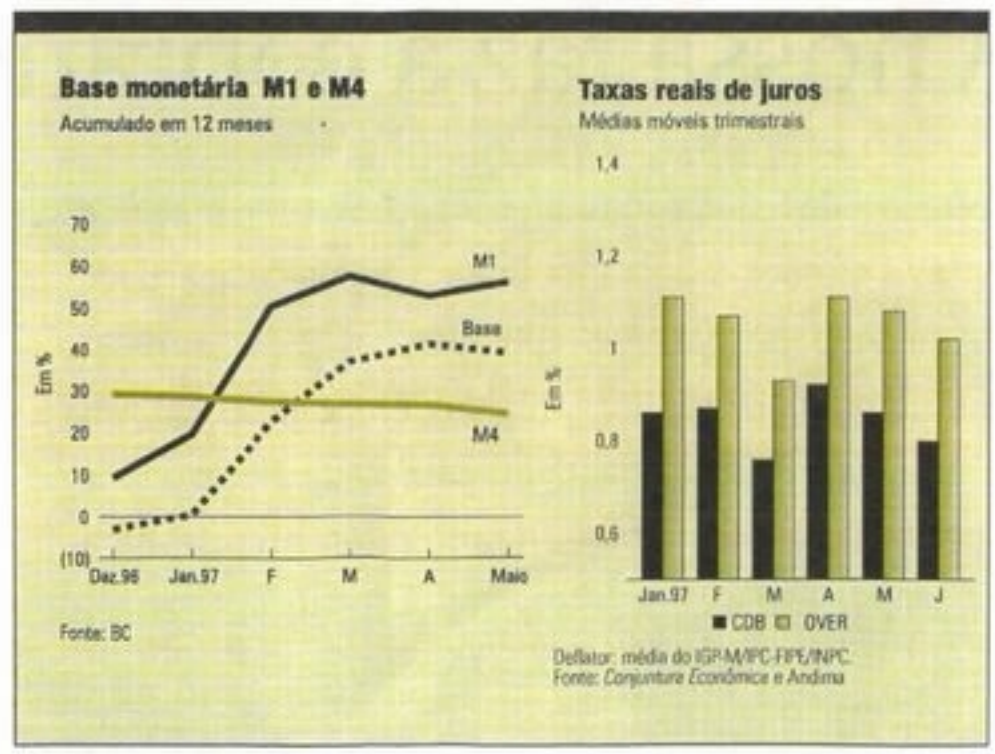


	Acumulado No mês	Acumulado Em 12 meses
IGP-DI	0,70	7,59
IPA-DI	0,24	8,20
Prod. Agrícolas	0,11	15,95
Prod. Industriais	0,31	4,56
IPC-Brasil	1,30	6,98
IGP-M	0,74	8,10
INCC	1,11	6,56
Taxa de câmbio (R$/US$)	0,59	7,32

Fontes: IBRE/CEP, Gazeta Mercantil e Conjuntura Econômica

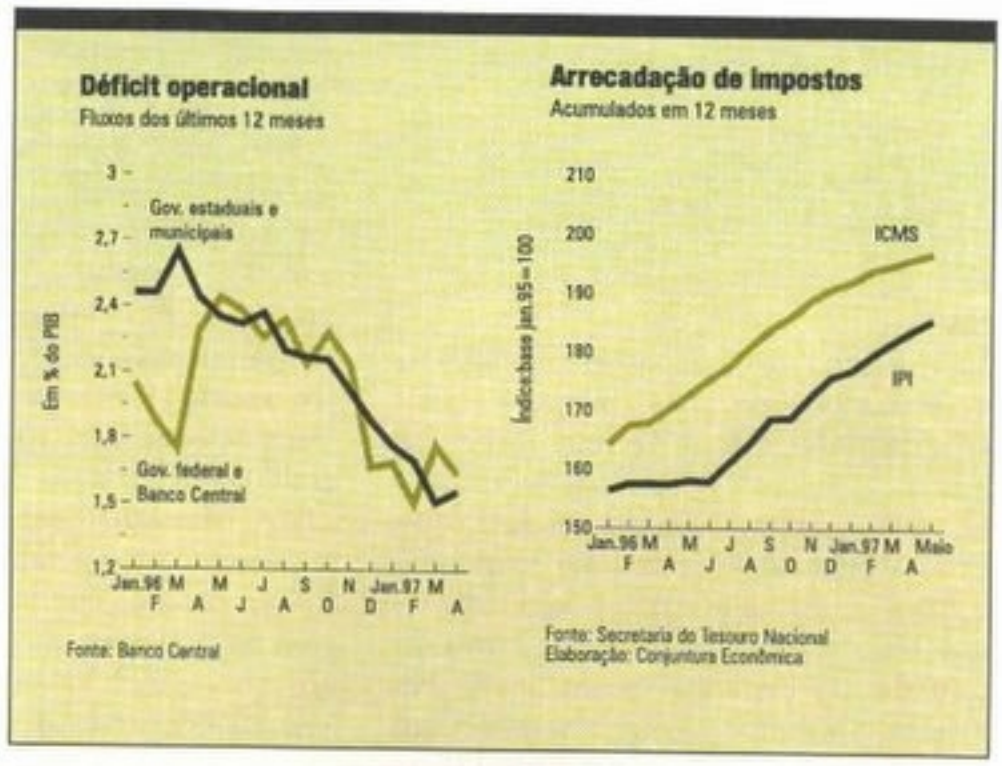
Evolução dos juros

O impacto da segunda rodada de correções de tarifas do governo FHC, ocorrida no primeiro semestre, apesar de não comprometer o plano de estabilização, foi sentido na inflação. O IGP-DI acumulado de janeiro a junho foi de 4,8%, ou uma taxa anual de 10% (quando em 1996 a inflação já havia fechado em 9,3%). Assim, as taxas de juros acabaram ficando mais baixas do que se esperava no período, caindo para uma taxa anualizada de 10% reais no primeiro semestre. A manutenção das taxas nominais nos últimos meses, decidida como medida de precaução pelo Comitê de Política Monetária, deve significar uma ligeira elevação dos juros reais a partir de agosto, quando as taxas de inflação podem cair um pouco. Do lado dos empréstimos, o aumento dos devedores inadimplentes nos meses recentes deve adiar as esperanças de taxas mais atraentes ainda neste ano.



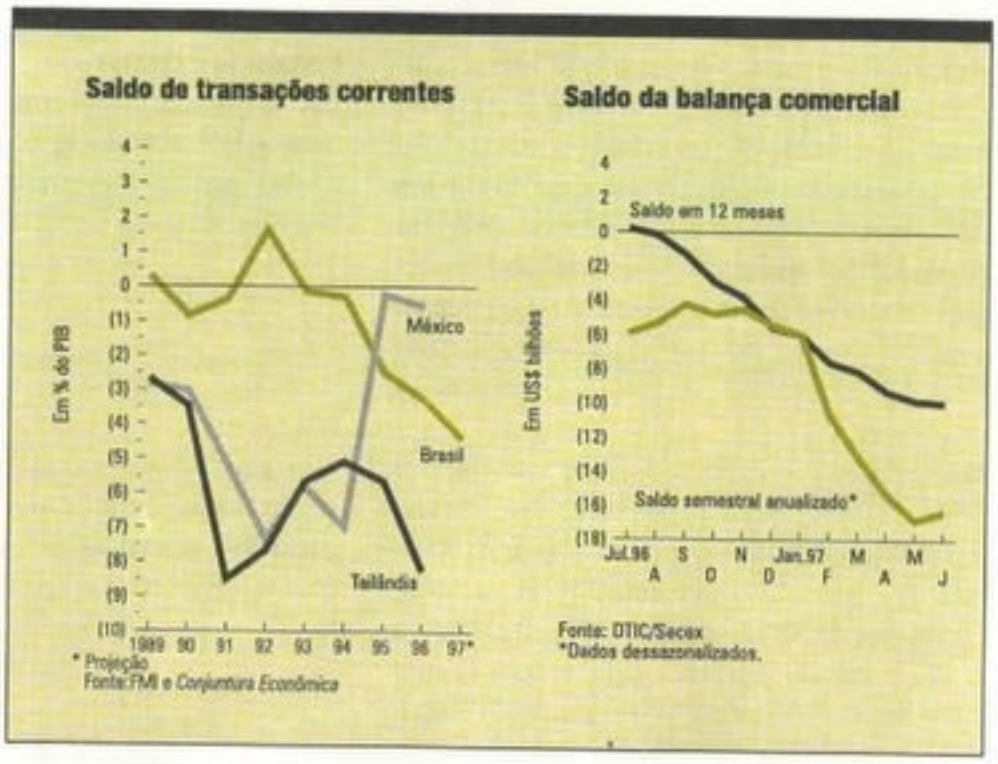
Melhoria nos estados

Beneficiados pela melhoria de arrecadação do ICMS e do IPI, de 13,9% e de 17,5% respectivamente, em 12 meses entre maio de 1996 e maio de 1997, os estados e municípios verificaram melhora em suas contas mais acentuada que o governo central. O déficit operacional de estados e municípios em 12 meses caiu de 2,46% do PIB brasileiro, em janeiro de 1996, para 1,56% em abril, enquanto o déficit do governo federal e do Banco Central caía de 2,05% do PIB para 1,64% no mesmo período. Ainda no contexto estadual, houve o fechamento do acordo de refinanciamento da dívida de R$30 bilhões do governo paulista a juros subsidiados de 6% ao ano por 30 anos, e que deverá ser feita em moldes semelhantes para outros estados a partir de agora, em contrapartida a exigências de programas de ajuste fiscal de longo prazo.



Brasil a caminho?

Os números relativos aos déficits em transações correntes de países que passaram por crises cambiais recentes não confirmam na prática as regras de bolso quanto à magnitude e períodos de manutenção de déficits correntes elevados que um país em desenvolvimento poderia manter. A Tailândia agüentou seis anos de déficits em conta corrente superiores a 5% do PIB, enquanto o México suportou apenas três anos. A capacidade de financiamento desses déficits depende ainda de fatores como taxas de crescimento, perspectivas internas de aumento de produtividade, liquidez do sistema financeiro internacional, choques externos e outras. O Brasil chega ao final do ano praticamente entrando nessa zona de risco, ainda que com indicadores respeitáveis, como as reservas elevadas, embora outros nem tanto, como a deterioração das relação exportações-dívida externa e o fluxo negativo e crescente nas contas de serviços.



Quem ficará?

As taxas de juros caíram em termos reais neste ano, tendo ficado próximas dos 10% reais ao ano no primeiro semestre (FIF-60 dias e CDB). Essa queda dos juros e o bom desempenho da bolsa nos primeiros meses do ano provocaram uma injeção de recursos de investidores nos fundos de ações de carteira livre, cujo patrimônio total evoluiu de R$4 bilhões em dezembro passado para R$16 bilhões em junho. O susto da bolsa no mês de julho com a crise cambial do Sudeste Asiático mostrará — na medida exata das retiradas de recursos desses fundos nos próximos meses — a confiança desses investidores (pequenos, em sua maioria) no desempenho da bolsa e quem investiu pensando no longo prazo. Ainda mais levando-se em conta que os juros reais internos devem subir um pouco, tendo em vista a manutenção das taxas de juros nominais e a inflação um pouco menor no terceiro trimestre.

Aloísio Campelo Jr.

